

MULHERES E CRIANÇAS EM TERRITÓRIOS URBANOS VULNERÁVEIS Contingentes mais afetados pelos efeitos das mudanças climáticas

WOMEN AND CHILDREN IN VULNERABLE URBAN TERRITORIES ***The contingent most affected by climate changes***

A. Ana Gabriela Godinho Lima & B. Rodrigo Mindlin Loeb

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil.

godinholima.ag@gmail.com

rodrigo.loeb@mackenzie.br

RESUMO

Neste artigo chamamos a atenção para a necessidade de se lançar um olhar específico sobre as mulheres e crianças pobres. Estas formam os contingentes mais afetados e menos resilientes aos riscos e danos ocasionados por condições de vulnerabilidade sócio territorial nas cidades latino-americanas e recrudescida pelas mudanças climáticas. Com este cenário em vista, o artigo desdobra-se em duas perspectivas: a primeira caracteriza a vulnerabilidade à qual nos referimos, a partir de dados coletados em relatórios recentes publicados por agências da ONU voltadas para a questão. Na segunda empreende-se uma revisão de seleção bibliográfica contemplando a questão, incluídos aí textos de autoras referenciais, como Rachel Carson (1962) e Gotelind Alber (2011), e as proposições contidas nas principais agendas mundiais, como o Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum (1987) e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU (2015).

Palavras-chave: mulheres, infância, vulnerabilidade, mudanças climáticas.

Linha de Investigação: Cidade e Ambiente.

Tópico: Risco, Vulnerabilidade e Resiliência.

ABSTRACT

In this article we draw attention to the need to launch a specific look at poor women and children. They form the more affected contingents and less resilient to the risks and damages caused by conditions of socio-territorial vulnerability in cities of Latin America, a situation that has been aggravated by climate change. With this scenario in view, the article unfolds in two perspectives: the first characterizes the vulnerability to which we refer, from data collected in recent reports published by UN agencies focused on the issue. In the second, a review of the bibliographic selection is undertaken contemplating the issue, including texts by reference authors, such as Rachel Carson (1962) and Gotelind Alber (2011), and the propositions contained in the main world agendas, such as the Report Brundtland – Our Common Future (1987) and the 17 Sustainable Development Goals established by the UN (2015).

Keywords: women, childhood, vulnerability, climate change.

Research line: City and Environment.

Topic: Risk, Vulnerability and Resilience.

Introdução

Mulheres e crianças são mais afetadas pelas condições adversas encontradas principalmente nas regiões informais e precarizadas das grandes cidades latino-americanas em rápido crescimento. Estas caracterizam-se por sua maior suscetibilidade a ocorrência de falhas técnicas e de infraestrutura ou desastres naturais - como ventanias, tempestades e enchentes, incêndios - ou de inadequação da ocupação do território, como deslizamentos e cheias, causados, por exemplo, pelo desmatamento de encostas ou assoreamento de rios. Por outro lado, a insalubridade, a falta de saneamento e de condição mínima de habitabilidade dos espaços de moradia, têm efeitos graves na saúde e ampliam a insegurança, a ocorrência de violência e problemas de saúde.

A capacidade de indivíduos, e grupos, de planejamento, prevenção, gerenciamento e recuperação destas falhas e acidentes é um fator intimamente relacionado à disponibilidade de recursos para lidar com estas situações. Como comentou Wisner (2004), as estruturas políticas, ao negarem ou dificultarem a certos grupos o acesso aos recursos de desenvolvimento e exercício de suas potencialidades, reforça ou causa condições de vulnerabilidade. Como é possível observar reiteradamente pelos dados fornecidos por diversos relatórios produzidos em grande parte por agências da Organização das Nações Unidas, as mulheres e as crianças são os grupos com menor acesso a estas oportunidades, e, portanto, os mais expostos ao risco.

Constituindo a maioria das populações urbanas em baixas condições econômicas, mulheres e crianças são levadas a acomodar-se precariamente em territórios irregulares, com pouco ou nenhum acesso a serviços básicos como esgoto e remoção de lixo, água encanada, eletricidade, pavimentação, vegetação, espaços livres, abastecimento de alimentos frescos, educação, lazer e cultura (LOEB, 2019). A conferência *Small Small Children, Big Cities: Building Smart Child-friendly Cities for 21st century*, ocorrida em 2014 em Nova Delhi, Índia, caracteriza mais detalhadamente os principais fatores que afetam especificamente as crianças moradoras de cidades: 1. Água e saneamento básico; 2. Moradia decente; 3. Serviços básicos à primeira infância; 4. Serviços de saúde; 5. Espaços de recreação; 6. Transporte; 7. Segurança. Por sua vez, no relatório temático produzido por Alber para integrar o *Cities and Climate Change Global Report on Human Settlements* (2011), são enumerados os seguintes aspectos críticos na abordagem da vulnerabilidade causada por fatores climáticos nas cidades: o envolvimento das mulheres nas políticas climáticas, a elaboração de políticas climáticas e sua implementação nos vários setores como energia, transporte, gestão da água e redução de riscos.

A dificuldade ou impossibilidade de participação das mulheres nas esferas coletivas e públicas, por sua vez, está estreitamente ligada à deficiência na capacidade de exercício de seus direitos reprodutivos. Esta é uma das principais razões pelas quais o destino das mulheres habitantes de territórios precários é atado ao das crianças pequenas. O confronto de dados sobre mulheres e crianças pobres sugere a dimensão do problema: as mulheres representam 75% das pessoas pobres do planeta, as crianças abaixo de 14 anos representam 25% da população em territórios vulneráveis. (UNFPA, 2019) No contexto latino-americano, se nos últimos dez anos vimos a pobreza global diminuir, a pobreza entre as mulheres aumentou (FALÚ, 2016), evidenciando uma grave situação de desigualdade que já vinha sendo apontada desde a década de 1980, quando se passou a documentar o fenômeno denominado “feminização da pobreza” (ECLAC/UNIFEM,

2004). No Brasil, em 2015, das 10,3 milhões de crianças brasileiras com menos de 4 anos, 83,6% tinham como principal responsável uma mulher, principalmente na faixa de 18 a 29 anos (PNAD, 2017).

Nas grandes cidades latino-americanas, as estratégias de planejamento e implementação de infraestruturas adequadas e suficientes não correspondem às demandas impostas por seu crescimento acelerado. Por sua vez, os instrumentos de desenho e intervenção urbanos não alcançam a complexidade destes processos de expansão. Isto ocorre em grande medida porque tais instrumentos não têm sido formulados a partir da integração de ações entre poder público, comunidade, organizações da sociedade civil, iniciativa privada e instituições de pesquisa e ensino (LOEB, 2019). Esta desarticulação está na base do distanciamento entre estes instrumentos e a realidade em que se propõem intervir. Ao não considerar apropriadamente a perspectiva das mulheres e das crianças - que constituem a maioria da população nos territórios vulneráveis - têm sua eficácia significativamente reduzida.

Da perspectiva das questões ambientais, cabe notar que as populações das grandes cidades latino-americanas superaram as populações rurais bem antes que este fenômeno se concretizasse em nível global. Isto ocorreu sem planejamento adequado, sem qualquer leitura do contexto ambiental bioclimático do território. Este sistema foi sobrepujado com concreto, asfalto, enormes volumes de solos para estacionamentos de veículos. Foram ainda instaladas infraestruturas insuficientes de encaminhamento das águas através de canais, abertos e fechados, e de tubulações de concreto de difícil vistoria, manutenção e desobstrução. Os subsídios à produção e fornecimento de energia elétrica, adotados para promover o desenvolvimento sócio econômico, propiciaram o desenvolvimento de edifícios totalmente dependentes de sistemas mecânicos e elétricos para iluminação e conforto térmico, com materiais de altos índices de energia embutida (alto impacto ambiental e energético na sua produção), grandes perdas e ganhos na envoltória (trocas de calor), contribuindo para o efeito de ilhas de calor. Na ausência de opções e de programas habitacionais, grande contingente populacional não teve outra alternativa a não ser ocupar vazios infra estruturados urbanos, encostas e morros, várzeas e periferias, sem sistemas de saneamento e infraestrutura urbana e em condições precárias, sofrendo e gerando impactos ambientais.

1. O impacto das mudanças climáticas na vulnerabilidade dos territórios urbanos informais

1.1. Caracterização da vulnerabilidade das mulheres e crianças em territórios urbanos vulneráveis

Como colocou Pardo (2018), as definições mais usuais do termo "território", referem-se à delimitação política de um município, distrito, estado, país ou continente. Etimologicamente, a palavra provém do latim, terra-territorium e terreo-territor (terror, aterrorizar), numa alusão ao impedimento, por meio do medo, da entrada de grupos não pertencentes em um determinado recinto. Subjacentes estão as ideias de domínio e de poder demarcatório, a apropriação de um espaço compartilhado por alguns e não acessível por outros. Estas delimitações de natureza espacial e geográfica foram propostas por Milton Santos em *Por uma Geografia Nova, da Crítica da geografia a uma geografia crítica* (1978), e também pelo grupo em que participou na publicação: *O papel ativo da geografia: um manifesto* (2000) (Bernardes et. al. 2019); Claude Raffestin (1993) *Por uma geografia do poder*, Robert Sack (1983) *Human Territoriality: its theory and history*, Manuel Correia Andrade (1995) em *A questão do território no Brasil*.

Rogério Haesbart e Ester Limonad (2007) adotam a ideia de apropriação do espaço sob a ótica de vulnerabilidade proposta por Susan Cutter em *Vulnerability to environmental hazards* (1996), focalizada nos riscos, nas perdas e nas condições de baixa resiliência. Marandola Jr. e Joseph Hogan utilizam essa construção de Cutter, somando aos aspectos ambientais a dimensão socioeconômica, em que se correlacionam a vulnerabilidade territorial à pobreza, formando o binômio da vulnerabilidade sócio territorial que abordamos aqui. Valverde (2017), leva adiante a discussão abordando a responsabilidade do poder público em relação a estes territórios. Ainda os dados obtidos no Atlas de vulnerabilidade social (COSTA e MARGUTI, 2018), organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), permitem observar como a vulnerabilidade social está estreitamente relacionada à localização em determinados territórios. Embora a análise se dê no contexto brasileiro, confrontando-a com os relatórios de abrangência mundial analisados no âmbito do projeto de pesquisa, é possível propor que seus indicadores sejam válidos também em outros contextos de vulnerabilidade sócio territorial. É necessário portanto levar em conta que as condições de vida das pessoas mais pobres resultam em mais exposição ao risco e menos opções para evitar, lidar ou recuperar-se dos impactos.

De acordo com a UNDP, mais de 70% dos pobres do mundo são mulheres, o que reforça a necessidade de se levar a questão de gênero em consideração quando se trata da vulnerabilidade sócio territorial. (ALBER, 2011, p. 7) Nos meios de transporte, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 52% de todas as trabalhadoras do mundo já foram assediadas sexualmente. (CORRAL, VIEIRA, ROURE, 2016). A UN Women em seu documento *Building Safe Public Spaces*, reporta que o assédio e outras formas de violência sexual em espaços públicos são ocorrências diárias para mulheres e meninas ao redor do mundo, uma realidade que reduz sua mobilidade e, portanto, o acesso a serviços essenciais, espaços públicos de cultura e recreação. Embora este cenário abranja os países considerados desenvolvidos, como França e Inglaterra, como relata Blumenthal (2017), é mais grave em países classificados como "em desenvolvimento". De acordo com relatório elaborado pela COHRE (*Centre on Housing Rights and Evictions*), realizado a partir de levantamento com mulheres e meninas em 20 favelas ao redor do mundo, casos de violência física, abuso sexual e estupros são muito frequentes. Apenas em Bangladesh, em um período de 12 meses entre 2007-2008, 76% das 4500 mulheres entrevistadas relataram ter sofrido alguma forma de violência deste tipo.

1.2. Caracterização da vulnerabilidade das crianças

Em territórios vulneráveis, um dos fatores críticos é a deficiência no exercício dos direitos reprodutivos das mulheres. Nenhum país no mundo alcançou a efetivação dos direitos reprodutivos, e as suas implicações afetam não apenas indivíduos, mas comunidades, instituições, economias, mercados de trabalho e nações inteiras. A efetivação dos direitos reprodutivos é afetada pelo funcionamento dos sistemas de saúde, por empregos que não viabilizam o cuidado com a gestação e as crianças, pela pobreza e educação insuficiente (UNFPA, 2018). Em 2016, no mundo, 35.5 milhões de crianças abaixo de 5 anos ficavam sozinhas em casa sem supervisão de um adulto, um número maior do que todas as crianças na Europa abaixo de 5 anos (SAMMAN et. al.: 2016: 10).

O prejuízo sofrido por crianças em condições de cuidados precários passou, recentemente, a ser objetivamente medido, e, portanto, passível de ser melhor analisado, em termos de danos e consequências. O campo de conhecimento que promoveu grandes avanços recentemente nesse sentido foram os estudos da arquitetura cerebral no âmbito das neurociências, por meio dos constatou-se que durante os primeiros anos

de vida, mais de 700 novas conexões neurais formam-se a cada segundo (aos 2 anos de idade o cérebro tem 80% de seu tamanho adulto). O desenvolvimento é profundamente afetado pelas interações com adultos. Afeto e atenção por parte de adultos e cuidadores somam-se às experiências positivas na primeira infância, construindo uma arquitetura cerebral forte e sólida.

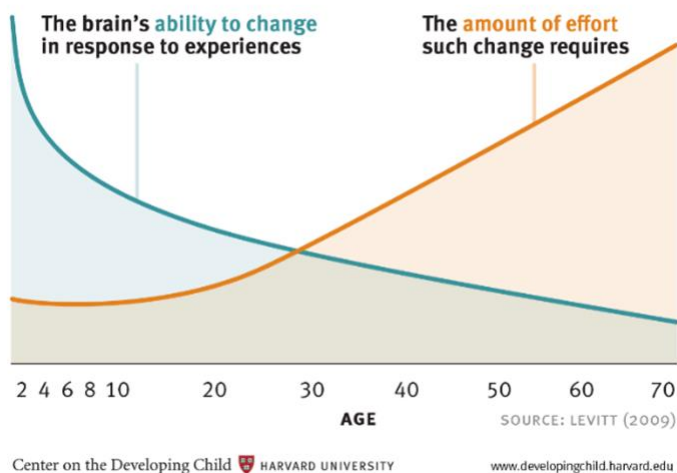


Fig. 01 Gráfico da plasticidade cerebral ao longo da vida. Fonte: (Center on the Developing Child: 2016: 13)

Ao mesmo tempo, é importante compreender o impacto do estresse tóxico, ou seja, um estímulo negativo maior do que a capacidade de suporte e resposta. Segundo o neurocientista Charles A. Nelson (NELSON et al, 2006), a ativação prolongada e excessiva dos sistemas de resposta ao estresse no corpo e no cérebro cria circuitos negativos permanentes e causa danos aos processos de aprendizado, de desenvolvimento de habilidades sociais e de saúde. Somam-se a isso os fatores de risco ao desenvolvimento da primeira infância, dentre os quais apontam-se como os mais recorrentes: pobreza, doença mental do cuidador, maus tratos, baixa escolaridade dos pais, abuso de substâncias tóxicas pelos progenitores e violência na comunidade (BERLINSKI AND SCHADY IN: PUTCHA ET. AL, 2016). Ao experimentar de seis a sete desses fatores de risco durante a primeira infância, as chances de perda e atraso no desenvolvimento são de 90 a 100%.

As experiências vividas nesses primeiros estágios da vida de uma criança, portanto, têm efeito duradouro, ao longo da vida toda, na capacidade de aprendizado, na saúde e no desenvolvimento de habilidades sociais. A saúde física e emocional, habilidade social e capacidades cognitivas e linguísticas que emergem desses primeiros anos são importantes para um pleno aproveitamento do período escolar, do futuro trabalho e das relações comunitárias.

3. Interrelações entre as questões ambientais e a condição das mulheres e crianças em territórios vulneráveis

3.1. Questões ambientais

A partir da década de 1960, as questões ambientais ganharam uma relevância no debate acerca dos caminhos do desenvolvimento humano global que sucedeu a Segunda Guerra Mundial. Ressaltamos a

seguir as reflexões, evidências e alertas apresentados por Rachel Carson, em sua obra de 1962, *Primavera Silenciosa*, seguidas pelos relatórios da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente de 1972 em Estocolmo e o *Relatório Brundtland - Nosso Futuro Comum* de 1987.

Em *Primavera Silenciosa*, Rachel Carson (1962) descreve o surgimento de centenas de novas substâncias químicas criadas para eliminar insetos, ervas daninhas, roedores e outros organismos considerados pragas ou pestes a partir de meados de 1940. Em sua pesquisa, constata que estes químicos, vendidos sob múltiplas denominações e marcas, estavam sendo aplicados quase universalmente em fazendas, florestas, jardins e residências, matando direta e indistintamente espécies de insetos e roedores, e indiretamente pássaros, peixes, contaminando a natureza e os humanos, ocasionando doenças e em alguns casos óbito. Segundo Carson, não deveriam ser chamados de “inseticidas”, mas sim “biocidas”. Precursora da consciência ambiental, argumentava que nas interações humanas com a natureza, lidamos com populações viventes, com pressões e contrapressões, avanços e recuos, e que é preciso alinhar as estratégias de ocupação a estas forças de vida, e cautelosamente orientá-las em direção e caminhos favoráveis a humanidade, acomodando humanos, insetos e a natureza no mesmo planeta.

Dez anos depois, em 1972, a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente* (Conferência de Estocolmo), apontou os conflitos da ação humana sobre o meio ambiente e os desafios do desenvolvimento entre países subdesenvolvidos, os limites que devem se observar de exploração de contextos naturais, estabelecendo princípios de cuidados e preservação do meio ambiente, da natureza e a importância de assegurar a capacidade de renovação dos recursos naturais para as gerações futuras.

O documento proclama 7 tópicos como prerrogativa para a proposição comum de 26 princípios. Afirma a natureza humana como criatura e criadora do meio ambiente que provê sustentação física e oportunidades para crescimento intelectual, moral e espiritual; reconhece que a aceleração da ciência e a tecnologia permitiu e permite o poder de transformar o meio ambiente de múltiplas e incontáveis maneiras e em uma escala sem precedentes; coloca a proteção e o aprimoramento do meio ambiente no centro da pauta que influi no bem-estar e desenvolvimento econômico no planeta; constata que as mesmas descobertas, avanços invenções e criações que podem beneficiar a humanidade, quando usados incorretamente são extremamente perigosos e destruidores; defende a redução de desigualdades entre nações subdesenvolvidas e desenvolvidas, como uma responsabilidade compartilhada, e a promoção de condições adequadas ao bem estar das pessoas, uma vez que atingimos um ponto na história onde é necessário cuidado e cautela na tomada de decisões. A colaboração com a natureza se faz necessária, um esforço coletivo comum, com indivíduos, comunidades, empresas e instituições em todos os níveis assumindo responsabilidade e promovendo cooperação.

Os 26 princípios partem do reconhecimento do direito fundamental à liberdade, igualdade e condições adequadas de vida em um ambiente que permita uma vida digna e de bem estar. Enfatizam a responsabilidade de proteger e aprimorar o meio ambiente para as gerações presente e futuras, condenando práticas de perpetuação da segregação racial, discriminatórias e outras práticas de opressão e dominação estrangeiras, a serem erradicadas. Abordam o cuidado com o planejamento e gestão dos recursos naturais e ecossistemas articulados ao planejamento do desenvolvimento econômico, em benefício da geração presente e das futuras, com vistas à preservação da capacidade do planeta de produzir recursos renováveis, a salvaguarda da vida selvagem em seu habitat natural.

Na atualidade se vê necessária a abordagem não apenas local e territorialmente definida, mas considerando o planeta como um todo. Mesmo em décadas passadas esta já se constituía a base para a noção de que os impactos locais têm desdobramentos imprevisíveis. Exemplos são as análises de James Gleick em *Caos*, e de Buckminster Fuller em *Manual de Operação para a Espaçonave Terra*, afirmando que somos todos tripulantes da mesma espaçonave. Entretanto, ao mesmo tempo em que se iniciou um processo de consciência e reflexão, os processos de desenvolvimento seguiram trajetórias em que quase sempre ignoram-se as recomendações e princípios estabelecidos em Estocolmo. Com efeito, para construir respostas mais adequadas e assertivas seriam necessárias bases de dados consistentes e com recortes adequados. Estas bases apenas começariam a se constituir a partir do início da década de 80.

Em dezembro de 1983, o secretário geral das Nações Unidas encarregou a política, diplomata e médica norueguesa Gro Harlem Brundtland de criar e presidir uma comissão especial e independente para tratar do desafio de criação de “Uma agenda Global para mudança” que propusesse: estratégias ambientais a longo prazo a fim de se atingir o desenvolvimento sustentável por volta de 2020 em diante; recomendações de modos de traduzir a preocupação ambiental em melhor cooperação entre países em diferentes estágios de desenvolvimento; estabelecer estratégias para lidar de modo mais eficiente com as preocupações de cunho ambiental pela comunidade internacional; ajudar a definir noções e princípios comuns relativos às questões ambientais de longo prazo; incentivar esforços para abordar com sucesso os problemas de proteção, preservação e melhoria do meio ambiente. Esta agenda de longo prazo deveria ser colocada em prática nas décadas subsequentes.

A primeira parte do documento desenvolve uma reflexão sobre as preocupações comuns, em três subcapítulos: um futuro ameaçado; em busca do desenvolvimento sustentável e o papel da economia internacional. Faz um alerta para o desafio global da continuidade dos impactos de uma trajetória de exploração, devastação e degradação contínua do meio ambiente e do uso intensivo de químicos pesticidas e riscos de radiação nuclear, dos eventos ocorridos ao longo do período do trabalho realizado.

Em sua pesquisa extensa, ampliada em espectro e profundidade em relação a *Carta de Estocolmo*, e de conferências ambientais que se seguiram, o *Relatório Nosso Futuro Comum* elabora uma análise em subcapítulos na segunda parte denominada “Desafios Comuns”, de seis desafios primordiais: população e recursos humanos; segurança alimentar: mantendo o potencial; espécies e ecossistemas: recursos para o desenvolvimento; energia: opções para o meio ambiente e o desenvolvimento; indústria: com menos, produzir mais e o desafio urbano.

3.2. Cidades, Ambiente e gênero

Como Alber apontou (2011), a observação dos direitos das mulheres e as questões de gênero são convocadas e promovidas por um número substancial de documentos, resoluções e agendas internacionais. Os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*, também conhecidos como a *Declaração do Milênio* (ODMs), por exemplo, propunham 8 grupos de ações, dentre as quais, duas diretamente ligadas às mulheres: o de número 3: Promover a igualdade de gênero e 5. Melhorar a saúde materna. Em 2015 esta agenda foi revisada, tomando a forma da *Agenda 2030: Um plano de ação global para um 2030 sustentável*, compreendendo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, dentre eles, o de número 5 que se refere especificamente à igualdade de gênero (Plataforma Agenda 2030). Estas agendas beneficiaram-se da *Convenção das Nações Unidas* realizada em 1979, sobre a “Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres”, conclamando os governos a acabarem com todas as formas de

discriminação, estabelecendo um Comitê de Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW). A *Declaração de Pequim e Plataforma de Ação + 5 Declarações Políticas* e resultados, estabelecidas na Assembleia Geral da ONU em 1995 foram, por sua vez, consideradas como o plano mais progressista na promoção dos direitos das mulheres, contemplando aspectos como a pobreza, a educação, saúde, violência e representação sob a perspectiva das mulheres.

Documentos específicos sobre assentamentos humanos, relevantes para a discussão sobre vulnerabilidade sócio territorial foram ainda enumerados por Alber (2011: 1) A *Declaração de Istambul e a Agenda Habitat*.

O principal resultado da *Conferência Habitat II* de 1996 foi um plano de ação para assentamentos humanos sustentáveis, incluindo a igualdade de gênero como um de seus 7 compromissos; 2.) A *Declaração sobre Cidades e Outros Assentamentos Humanos no Novo Milênio*, reafirmando a *Agenda de Istambul e Habitat*, incluindo o compromisso dos membros do Estado de formular e fortalecer políticas e práticas para promover a participação plena e igualitária das mulheres em assentamentos humanos e processos de decisão; 3.) As resoluções da *UN-Habitat Governing Council* em 2009, reconhecendo as mulheres entre os grupos mais vulneráveis e reconhecendo os papéis e direitos das mulheres no desenvolvimento dos assentamentos humanos, incluindo o direito à propriedade e acesso a financiamentos; 4.) A *UN-Habitat Climate Change Strategy 2010-2013*, referindo-se à vulnerabilidade das mulheres às mudanças climáticas e seu papel concreto na mitigação dos problemas das favelas, na gestão de recursos, na resolução de conflitos e promoção da paz. Cabe ainda mencionar A *Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres* 1993 e o estabelecimento da *United Nations Women (ONU Mulheres)*, entidade dedicada a promover a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, estabelecida em 2010, para acelerar o progresso nessas áreas em suas reuniões ao redor do mundo. Os documentos e resoluções acima reiteram que a violência de gênero, a divisão sexual do trabalho e a falta de acesso aos direitos reprodutivos estão na base dos desafios que as mulheres enfrentam ao redor do mundo, recrudescidos em situações de pobreza e vulnerabilidade sócio-territorial.

Considerações Finais

Assistimos hoje a um cenário em que as mudanças ambientais vêm sendo acompanhadas de uma incidência cada vez maior de eventos climáticos extremos, muito fora da média das regiões bioclimáticas na sua intensidade e ocorrência. O que não parece tão evidente é o modo como os danos causados por estes eventos afetam principalmente mulheres e crianças, não apenas por serem a maioria nos territórios precários, mas também por possuírem condições rebaixadas de resiliência - ou seja - prevenção, resistência e recuperação após perdas e danos. A baixa resiliência destes grupos decorre em grande parte da condição de pobreza a que as mulheres estão mais sujeitas, em grande medida por não serem detentoras de seus direitos reprodutivos e por serem as principais responsáveis pelos cuidados das crianças e adolescentes, fatores que combinados representam significativos obstáculos à formação profissional, acesso ao trabalho e à renda e condições dignas de vida.

Neste contexto, cabe refletir sobre os modos como a transformação das condições de vida das mulheres e crianças, por meio do desenho apropriado do ambiente, das cidades, por intermédio do da legislação e dos direitos e deveres, baseado no princípio de uma visão da resiliência na construção da sustentabilidade. As estratégias projetuais para o provimento de condições adequadas no âmbito das sete esferas apontadas pela

Conferência *Small Children, Big Cities: Building Smart Child-friendly Cities for 21st century*, serão realmente eficazes à medida em que contemplarem as dimensões de gênero e as especificidades das vidas das mulheres em condições de vulnerabilidade sócio-territorial.

BIBLIOGRAFIA

ALBER, Gotelind. (2019). Gender, Cities and Climate Change. Thematic Report prepared for Cities and Climate Change Global Report on Human Settlements. UN-Habitat, 2011. Disponível em: <http://unhabitat.org/wp-content/uploads/2012/06/GRHS2011ThematicStudyGender.pdf>. (Consulta: 25/08/2019)

ANDRADE, Manuel Correia. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec/ Recife: IPESPE, 1995.

BERNARDES A.; ZERBINI, A. , GOMES, C. , BICUDO E.; ALMEIDA E. ; CONTEL F.B.; GRIMM, F.; NOBRE, G.; ANTONGIOVANNI L.; PINHEIRO, M.B.; XAVIER, M.; SILVEIRA, M.L.; MONTENEGRO, M.; FERREIRA DA ROCHA, M.; SANTOS, M; ARROYO, M.; BORIN, P.; RAMOS, S.; DE LIMA BELO, V. O PAPEL ATIVO DA GEOGRAFIA: UM MANIFESTO. (2001). Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9796] Nº 270, 24 de enero. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-270.htm>. (Consulta: 07/03/2020).

BLUMENTHAL, S. GUO, J. (2017). Creating Safe Spaces in Cities for Women: A Resolution for International Women's Day 2014. Updated in Dec 06, 2017. Huffpost, 2017. https://www.huffpost.com/entry/international-womens-day_b_4922218?guccounter=1 (Consulta: 30/07/2019).

BRUNDTLAND, Gro H. Our Common Future. New York: Oxford University Press, 1987.

CARSON, Rachel. Silent Spring. Nova Iorque, Nova Iorque: First Mariner Books, 2002.

CENTER ON THE DEVELOPING CHILD at Harvard University. From Best Practices to Breakthrough Impacts: A Science-Based Approach to Building a More Promising Future for Young Children and Families. Cambridge, Massachusetts: Harvard University, 2016. Disponível em <https://developingchild.harvard.edu/resources/from-best-practices-to-breakthrough-impacts/>. (Consulta: 18/05/2018).

COHRE - Centre on Housing Rights and Evictions. Disponível em: issuu.com/cohre. (Consulta em 08/03/2020).

CORRAL, M.C.; VIEIRA, R.S.C.; ROURE, S. de. (2014). Cartilha Autonomia Econômica para Mulheres. Prefeitura de São Paulo. Políticas para as Mulheres. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/politicas_para_as_mulheres/arquivos/Cartilha_Autonomia_Mulheres_2016.pdf. (Consulta: 07/03/2020).

COSTA, M. A.; MARGUTI, B. O. Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros. (2015). Brasília: IPEA. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao_atlas_ivs.pdf. (Consulta: 07/03/2020).

CUTTER, Susan. Vulnerability to environmental hazards. (1996). Progress in Human Geography, Londres, v. 20, n. 4, p.529-539. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/030913259602000407>. (Consulta: 10/06/2018).

ECLAC/UNIFEM. Women and Development Unit. Understanding Poverty from a gender perspective - Serie Mujer y Desarrollo, 52. Santiago, Chile: United Nations Publication, 2004. Disponível em: repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5926/1/S046466_en.pdf. (Consulta: 31/03/2019).

FALÚ, Ana. (2016). Gender Perspective in Urban Planning. Global Urban Lectures. UN-Habitat Worldwide. Vídeo (14 min). Publicado pelo canal UN-Habitat worldwide. Disponível em: <https://youtu.be/Sop4fqc2NV8>. (Consulta: 07/03/2020).

FULLER, Buckminster. Operating Manual for Spaceship Earth. Illinois: Southern Illinois University Press, 1969.

GLEICK, James. Caos. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. Etc. Espaço, Tempo e Crítica, Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas, Rio de Janeiro, 2007. v. 1, n. 2 (4), p. 1-15. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/territorio%20globaliza%-C3%A7ao.pdf>. (Consulta: 10/06/2018).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Junho/2018. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. (Consulta: 09/2018).

LOEB, Rodrigo Mindlin. Territórios vulneráveis, arquitetura e urbanismo: estratégias contemporâneas de ação. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. 2019.

MARANDOLA JR., Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. (2005). Vulnerabilidade e riscos: entre geografia e demografia. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 29-53, jan./jun. 2005. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/viewFile/253/pdf_237. (Consulta: 10/06/2018).

ONU HABITAT. Gender issue guide - Urban planning and design. Nairobi. 2012.

ONU WOMEN, ONU HABITAT. Building safe and inclusive cities for women - a practical guide. Delhi. 2011.

PARDO, Laura Paes Barretto. (2018). Espaços comunitários em territórios vulneráveis: uma análise sobre processos e realizações. 231 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. 2019.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. (2017). Suplemento Aspectos dos Cuidados das Crianças de menos de 4 anos de idade. IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100137.pdf>. (Consulta: 07/03/2020).

PUTCHA, V.; UPADHYAY, A.; BURNETT, N. (2016). A Call for public financing: innovative finance is welcome, but not enough. In: Early Childhood Matters: Advances in early childhood development. Bernard Van Leer Foundation, 2016. n. 125. Disponível em: <https://earlychildhoodmatters.online/issues/>. (Consulta: 07/03/2020).

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, Robert. Human Territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SAMMAN, E.; PRESLER-MARSHALL, E.; JONES, N.; BHATKAL, T.; MELAMED, C.; STAVROUPOULOU, M.; WALLACE, J. (2016). Women's work: mothers, children and the global childcare crisis. Disponível em: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/10333.pdf>. (Consulta: 18/03/2019).

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova, da Crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec. 1986.

SMALL CHILDREN, Big Cities- Impact through design intervention: Social, Cultural, Ecological, Economical. (2014). International Conference Proceedings. Bernard Van Leer Foundation/Confederation of Indian Industry/National Institute of Urban Affairs/Humara Bachpan, 2014. Disponível em: <http://www.cities4kids.org/> (Consulta: 05/06/2018).

UN – United Nations. Report of UN Conference on the Human Environment Stockholm. Nova Iorque, Nova Iorque. 1972.

UN-OCHA - United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. Global Humanitarian Overview, Nova Iorque: UN-OCHA. 2019.

UNFPA. The Power of Choice: Reproductive rights and the demographic transition. Nova Iorque: United Nations Population Fund. 2018.

UNITED NATIONS. (2017). The Sustainable Development Goals Report. Nova Iorque: United Nations. 2017.

VALVERDE, MaríaCleofé. (2017). A interdependência entre vulnerabilidade climática e socioeconômica na região do abc paulista. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 39-60, set. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2017000300039&lng=pt&nrm=iso (Consulta: 10/06/2018).

WISNER, B.; BLAIKIE, P.; CANNON, T.; DAVIS, I. (2004). At Risk. Natural hazards, people's vulnerability and disasters. Londres: Routledge. 2004.

WOMEN IN CITIES INTERNATIONAL. Learning from Women to Create Gender Inclusive Cities: baseline findings from the gender inclusive cities programme. Disponível em: <http://www.safedelhi.in/sites/default/files/reports/GICPbaselien2010.pdf> (Consulta: 01/03/2020).